

As mobilizações de junho de 2013 e os desafios na construção do poder popular

Marcelo Buzetto*

Resumo:

Este artigo tem como objetivo estimular uma reflexão sobre um novo ciclo de lutas sociais que se inaugura em junho de 2013 com as manifestações contra o reajuste das passagens de ônibus/trens/metrô. Além disso, nos preocupamos em avaliar qual o potencial das mobilizações de junho, suas lições e sua contribuição para a formação de uma nova vanguarda política-social anticapitalista.

Palavras-chave: Lutas sociais; poder popular; vanguarda política-social anticapitalista.

The June 2013 mobilizations and the challenges of the construction of popular power

Abstract:

This article seeks to stimulate a reflection on the new cycle of social struggles inaugurated in June 2013 with the protests against the increased cost of bus/subway/rail passes. Beyond that, we try to evaluate the potential of the June mobilizations, their lessons, and their contribution to the formation of a new political and social anti-capitalist vanguard.

Keywords: Social struggles; popular power; political-social anti-capitalist vanguard.

Introdução

Desde junho de 2013 temos algo de extraordinário ocorrendo nas lutas sociais e políticas do Brasil. Sindicatos, partidos de esquerda e movimentos populares foram, em geral, surpreendidos por um movimento de massas que despertou muita curiosidade, esperança, desconfiança e incertezas sobre o seu caráter, sua natureza, seu rumo, suas reivindicações, seu programa, suas formas organizativas e sua capacidade de mobilização. Sem dúvida temos um novo cenário na luta de classes, marcado por muitas mobilizações, com distintas pautas e convocadas por pessoas, grupos, coletivos e organizações que não conseguem muitas vezes

*Doutor em Ciências Sociais; professor do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Fundação Santo André, Coordenador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NELAM). Santo André-SP, Brasil. End. eletrônico: profmarcelobuzetto@bol.com.br

dialogar entre si sobre o que fazer, como fazer e para onde direcionar toda a energia e indignação de um setor da sociedade que foi para as ruas de todo o país lutar por transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Muitos desafios acompanham qualquer tentativa de reflexão crítica. Só uma certeza: não devemos buscar respostas simples para questões tão complexas. Neste esforço para esclarecer dúvidas e encontrar respostas sobre o movimento que ganhou força em junho de 2013 também setores da intelectualidade marxista também chegaram atrasados, diante de um movimento de massas que não foi previsto (pelo menos não com tanta intensidade, naquele momento e em todo o território nacional). Um consenso entre setores da esquerda anticapitalista sempre foi a ideia de que deveriam construir um poderoso movimento de massas, levando para as ruas milhões de pessoas que pudessem se transformar numa verdadeira força material contra os governos burgueses e o próprio sistema do capital. A curiosidade de junho de 2013 é que muitos dirigentes sindicais, partidários e populares demonstraram incompreensão, preconceito, desconfiança, até porque, em diversas situações, não era seu sindicato, sua central, seu partido ou seu movimento que estava convocando a população para tomar as ruas, o que não significa dizer que todas essas entidades estiveram ausentes nas mobilizações. Mas o que queremos destacar é que membros da esquerda anticapitalista que afirmavam em seus discursos, assembleias, cursos de formação, seminários ou congressos que era preciso “mobilizar as massas e levar o povo para as ruas” se viram desorientados quando as massas tomaram as ruas sem o seu prévio conhecimento e/ou consentimento. Alguns, literalmente, não souberam o que fazer e assistiram, durante os primeiros dias, pela televisão ou redes sociais, milhares de jovens marchando por horas nas principais cidades brasileiras. Seria isto o que os clássicos do marxismo chamam de uma situação típica onde as massas atropelam sua suposta “vanguarda”? Ou seria um exagero sustentar tal afirmação? De fato temos a impressão que uma quantidade considerável de dirigentes e suas respectivas organizações, bem como parte significativa da intelectualidade anticapitalista não estavam à altura dos desafios colocados pela situação concreta da batalha entre capital e trabalho, fato que contribuiu para frustrar mais uma possibilidade de reconstrução de um movimento social e político de massas com condições reais de alterar a correlação de forças na luta de classes. Tal resultado ainda é possível de ser alcançado, se forem construídas as devidas condições. É cedo para comemorar a vitória ou para anunciar a derrota da classe trabalhadora e das massas populares deste novo período. Talvez seja prudente nem menosprezar o potencial transformador, a força social e as vitórias parciais conquistadas de junho até agora, nem supervalorizar o movimento desconsiderando assim suas inúmeras contradições internas e incertezas.

Ação espontânea das massas, vanguarda política-social e teoria da organização: um debate necessário

Uma polêmica que se desenvolve no interior das organizações de esquerda (que é um campo muito amplo e diverso) é sobre como foi possível organizar um movimento como este, que criou uma nova situação na política nacional. Foi um movimento desorganizado e sem planejamento, ou seja, “espontâneo”? Teve um razoável nível de organização, e apesar de não adotar as formas tradicionais dos partidos, sindicatos e movimentos populares já conhecidos, criou sua própria estrutura organizativa? A organização existente foi produto das circunstâncias e do que foi possível realizar naquelas condições? O grau de organização atendeu às necessidades imediatas das manifestações? Era necessário um nível mais avançado de organização para conquistar uma vitória imediata e preparar novas lutas? Qual teoria ou teorias sobre organização política orientavam a juventude que estava na linha de frente das batalhas de junho? As táticas adotadas durante as manifestações estavam subordinadas a qual estratégia política? Houve algum tipo de consenso ou a construção de uma estratégia comum e unitária entre as lideranças do movimento? Houve lideranças ou esse foi mais um dos chamados “movimentos espontâneos da sociedade civil”, sem líderes, sem programa, sem projeto, sem estratégia definida? Essa infinidade de questionamentos estimulou diversas organizações marxistas e/ou anticapitalistas (que também é um campo bem amplo) a recuperar um debate sobre a relação entre massas e vanguarda, partidos de esquerda e movimentos de massa, estrutura organizativa e formas de luta, tática e estratégia, programa e alianças, métodos de direção, movimentos de massa e governos burgueses, etc. Estes são temas que acompanharam a história das rebeliões operárias e populares e das revoluções dos séculos XIX, XX e XXI.

A diversidade das formas de luta e das formas de organização não é algo novo, pois sempre estiveram presentes na luta de classes. Cada categoria, classe, povo, movimento, em determinado local e/ou momento, cria suas próprias ferramentas de luta e desenvolve métodos próprios de ação, procurando adequar os mesmos às necessidades concretas de sobrevivência e de ampliação de suas forças. Mas o que esse movimento teve de “espontâneo”? Mandel acredita, desenvolvendo uma ideia leniniana, que a chamada “vontade de luta espontânea das massas deve ser considerada como mais importante do que as ações conservadoras reformistas das organizações de massa” que abandonaram a estratégia da revolução socialista ou que defendem esta estratégia de maneira simplesmente retórica enquanto nas ações se subordinam a orientações políticas que fortalecem a ideia de conciliação de classes ou alimentam ilusões pequeno-burguesas no interior dos movimentos classistas (Mandel, 1984: 82). Afirmar ainda que não podemos considerar um movimento como espontâneo só porque ele não teve uma direção rigidamente centralizada. Este autor segue numa perspectiva

que acredita na presença de ativistas de esquerda antes e durante o processo de mobilização. Segundo ele, numa análise apurada dos fatos “descobrir-se-á que a ação espontânea é o produto de um longo trabalho de oposição sindical ou de um grupo de base (Mandel, 1984: 75). Junho seria, de acordo com essa reflexão de Mandel, o resultado de um trabalho político e organizativo iniciado muito anteriormente.

Em junho de 2013 tudo aconteceu muito rápido. Diferentes expressões e níveis de descontentamento popular em relação aos governos municipal, estadual e federal se encontraram nas ruas do país. Alguns disseram que “O Brasil Acordou”, e outros “digam para aqueles que acordaram agora que tem gente que nunca esteve dormindo”. Segundo Raquel Rolnik as manifestações de junho perturbaram

A ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas, sobretudo - e isso é o mais importante -, fez renascer entre nós a utopia... No campo imediato da política, o sismo introduziu fissuras na perversa aliança entre o que há de mais atrasado/excludente/prepotente no Brasil e os impulsos de mudança que conduziram o país na luta contra a ditadura e o processo de redemocratização; uma aliança que tem bloqueado o desenvolvimento de um país não apenas próspero, mas cidadão (Rolnik, 2013: 8).

É possível afirmar que tais mobilizações não surgiram de repente, e existem elementos objetivos e subjetivos que explicam o desencadear dessa nova onda de protestos que insistem em continuar apesar do aumento da repressão policial. Maricato conclui que quem acompanha a situação cotidiana das grandes cidades brasileiras não deveria se impressionar com as mobilizações, pois as condições de vida e de mobilidade continuam precárias ou mesmo pioraram em muitos bairros da periferia. E “nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança” (Maricato, 2013: 19-20). Maricato e outros especialistas em questões urbanas têm alertado sobre o processo acelerado de subordinação das cidades aos interesses do grande capital imobiliário. O não cumprimento dos princípios fundamentais do Estatuto das Cidades e o abandono da proposta de reforma urbana elaborada pelos movimentos de moradia tornou o governo federal cúmplice e aliado da especulação imobiliária. Grandes empresas da construção civil financiam campanhas eleitorais e são beneficiadas com a realização de obras que não possuem nenhuma função social. Os governos continuaram priorizando o

transporte individual, gastando dinheiro na construção de viadutos e isentando as montadoras do pagamento de impostos. Nenhum investimento massivo no transporte ferroviário urbano ou em ferrovias para interligar as cidades e Estados do Brasil. Licitações duvidosas e fraudulentas continuam garantindo enormes lucros para empresas que receberam de presente o direito de preparar a infraestrutura para os chamados megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas. Esses são somente alguns elementos objetivos que ajudaram a motivar os protestos de junho. No aspecto subjetivo temos a considerar que as novas gerações de militantes populares e anticapitalistas têm construído no dia-a-dia de suas lutas importantes experiências organizativas que ainda precisam de tempo para se desenvolver e alcançar a maturidade. Mas está em gestação uma nova vanguarda política e social que será profundamente influenciada pelas jornadas de junho de 2013. Essa direção política e social coletiva apresenta uma diversidade de posições políticas e mesmo ideológicas, mas carrega consigo um potencial revolucionário que não deve ser menosprezado, principalmente após alguns anos de ausência de inovação e criatividade nas lutas de massa em território nacional. Essa nova vanguarda política e social de caráter proletário-popular, formada por militantes que estão em partidos, sindicatos, coletivos, grupos, movimentos ou que estão no início de um processo de formação política e ideológica e de aproximação com a teoria revolucionária e com organizações da esquerda anticapitalista tem ido às ruas contra o aumento das passagens de ônibus e pelo passe livre, em defesa dos povos originários/indígenas, em manifestações dos sem teto e dos sem terra, para denunciar o genocídio praticado contra a população jovem, pobre e negra das periferias, pela desmilitarização das polícias e pelo fim das Polícias Militares e, é claro, para lutar contra a Copa do Mundo da FIFA 2014. Também em greves de professores e de outras categorias constata-se a presença de um conjunto de militantes que muitas vezes se apresentam nas manifestações não para defender interesses corporativos, mas para demonstrar solidariedade com uma causa justa. E isso é um elemento fundamental do processo de elevação da consciência política numa perspectiva revolucionária, que é o que nos interessa. É preciso verificar, para além da revogação do preço das tarifas de ônibus, qual o saldo organizativo destas lutas? Quantos jovens se integraram organicamente neste movimento nacional e internacional contra o capital, o capitalismo e os governos burgueses após junho de 2013? Esse é um critério que devemos considerar quando procuramos avaliar as vitórias e os limites de uma luta de massas. Pois, se formamos nas ruas, no confronto direto com as forças da ordem, uma nova geração de militantes e dirigentes, então a tarefa foi cumprida e haverá continuidade.

Portanto, acreditamos que não houve surgimento de um movimento espontâneo das massas em junho de 2013. Esse processo de mobilização foi

estimulado pelas condições objetivas do desenvolvimento capitalista brasileiro, em especial por suas consequências para o meio urbano e a vida nas cidades. Essas condições produziram uma situação que se tornou explosiva: o aumento, ao mesmo tempo, das tarifas em centenas de cidades brasileiras e a continuidade da existência de um transporte público de péssima qualidade. Depois de anos reclamando constantemente do sistema de transporte, setores amplos da população decidiram ir às ruas. Além disso, temos uma participação ativa, consciente e organizada de militantes de esquerda na construção deste período, e aí surge uma situação concreta marcada por múltiplas determinações e fatores que vão favorecer as grandes marchas pelo passe livre e por “um mundo e uma vida sem catracas”. É possível concluir que o conjunto de militantes que tinham um mínimo de consciência política classista, clareza estratégica e experiência organizativa não tiveram capacidade ou condições de conduzir unitariamente e de maneira planejada/coordenada todos os momentos e ações das manifestações de junho? Se concordarmos com esta opinião precisamos levar em consideração também as dificuldades objetivas e subjetivas que acompanham a construção cotidiana de movimentos de massa, e a dinâmica complexa que os envolve, pois em muitos momentos a luta concreta exigiu uma tomada urgente de decisões sobre problemas e questões que poderiam fortalecer ou levar o movimento para uma derrota política. É de impressionar a quantidade de opiniões que menosprezam ou simplesmente ignoram a atuação de militantes que não assistiram essas manifestações pela TV ou pelas “redes sociais”, mas que estiveram nas ruas desde 2003 quando teve início em Salvador a Revolta do Buzú, ou em Florianópolis na Revolta da Catraca (2004), ou em outras capitais ou cidades de regiões metropolitanas onde as lutas por um transporte público de qualidade e contra o aumento da tarifa já vinham se desenvolvendo entre 2006 e 2013. Em junho essas mobilizações “foram mais amplas que o Movimento Passe Livre – que jamais se pretendeu dono de qualquer uma delas – e eclodiram, por vezes, em cidades e regiões onde nunca houve atividades do movimento”. (MPL, 2013a: 17).

Muito além de ações espontâneas, os melhores momentos das jornadas de junho foram protagonizados pelo MPL e demais organizações que se fizeram presentes nas ruas de todo o país. Repleto de dúvidas, incertezas, contradições, esperança e expectativas, assim foi o movimento em junho e nos meses seguintes. Apesar da presença de protagonistas organizados com ideias, propostas, programas e uma própria estrutura organizativa, seja nas formas partido, sindicato, coletivo ou outras quaisquer, ainda persistem análises nas quais esses sujeitos ativos de um processo de transformação social seguem ocultos e/ou inexistentes. É o caso do livro de Marco Aurélio Nogueira *As ruas e a democracia – Ensaios sobre o Brasil contemporâneo*, onde o mesmo analisa fundamentalmente essas manifestações e seus desdobramentos na política nacional. No livro não há nenhuma referência

ao MPL e seu importante protagonismo, nem a qualquer outra organização. Não existem militantes orgânicos na liderança das manifestações, somente “jovens”, “novos ativistas”, a “sociedade civil”, as “massas”, a “voz das ruas”, expressões genéricas que não contribuem para uma avaliação precisa sobre os fatos. Nogueira afirma que “Pode haver dificuldade para se compreender o que se passa nas cidades brasileiras desde o início de junho. Mas não faltam teorias, pesquisas e conceitos. O que falta é análise política, análise concreta da situação concreta: trabalho paciente, espírito indagador e disposição metodológica (...) (Nogueira, 2013: 69). Na verdade falta numa “análise política” como esta o reconhecimento da existência de grupos, movimentos, coletivos e organizações que tem história, trajetória nas lutas políticas e sociais, nome e sobrenome. O que não significa deixar de apontar as fragilidades, limites, contradições e até equívocos de todos esses, que realmente existem. Mas uma “análise política” precisa ser honesta e justa com quem esteve nas ruas enfrentando as bombas e balas da tropa de choque, os infiltrados dos serviços de inteligência das polícias civil e militar (e seus agentes provocadores) – e da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e Agência Brasileira de Inteligência - e os grupos minoritários fascistas/neonazistas e de partidos de direita que tentaram se aproveitar da situação para afastar os partidos de esquerda e outras organizações anticapitalistas do movimento (o que não conseguiram). Também é preciso respeitar as centenas de jovens feridos, presos e processados por um sistema policial e judiciário cada vez mais submisso aos interesses da classe dominante.

Nem tão espontâneo como muitos disseram, nem tão planejado/organizado como gostariam as organizações da esquerda anticapitalista. Mas a ação concreta e a luta de massas - e o confronto mais direto entre as forças do capital e do trabalho – educam e ajudam a formar mais rapidamente uma nova vanguarda política e social, que enfrentará em 2014 desafios que vão por à prova sua firmeza e capacidade para a superação dos mesmos. O que vemos de animador em muitos desses jovens é que eles estão livres das amarras de lideranças burocráticas, reformistas e pequeno-burguesas (o que não garante que alguns não se transformem algum dia em lideranças burocráticas, reformistas e pequeno-burguesas), que se acovardaram e se afastaram das ruas e dos métodos de luta direta contra o capital e seus representantes. Esse grau de liberdade e autonomia em relação a muitos movimentos e líderes mais tradicionais e burocráticos dá espaço para a criatividade, a ironia e a alegria que também acompanham as novas manifestações. A valorização dos aspectos culturais e a capacidade de elaborar e divulgar amplamente as informações alternativas em tempo real também tem sido algo impressionante, pois sem os recursos financeiros e a infraestrutura que possuem muitos sindicatos e partidos, a juventude conseguiu democratizar a comunicação através de ações concretas de coletivos que fotografavam e filmavam não só a

marcha, mas principalmente a violência policial, e essa atitude desses e dessas comunicadores/as populares foi decisiva para romper o bloqueio midiático organizado pelas corporações empresárias que controlam – com apoio, dinheiro e cumplicidade do governo Dilma – os meios de comunicação no Brasil.

Quem eram as “vozes das ruas”?

Muitas foram as organizações presentes nas manifestações de junho. Entre os partidos estavam desde o início o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Além destes também foi possível encontrar membros de tendências que atuam dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) (e também no interior da Central Única dos Trabalhadores-CUT), como a Esquerda Marxista, entre outras. Isso só para ilustrar a presença de alguns importantes setores da esquerda partidária anticapitalista. Também a Refundação Comunista, o Pólo Comunista Luis Carlos Prestes e a Consulta Popular estavam nas ruas. Quem realmente chegou atrasado foi o movimento operário-sindical. Ficaram, no geral, como observadores do processo. A tentativa de demonstrar força e organização foi só no dia 11 de julho, um dia nacional de mobilização convocado pelas centrais e alguns movimentos. Mas não passou disto. Entre os movimentos populares mereceu destaque, principalmente em São Paulo, a participação ativa, massiva e organizada do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que conseguiu mobilizar a periferia, levar as manifestações da Avenida Paulista para os bairros populares da cidade e organizar lutas em municípios da região metropolitana. Após essa descentralização das manifestações para bairros e outras cidades ajudou a fortalecer o caráter proletário-popular do movimento, pois se na Avenida Paulista a composição social dos manifestantes era eclética, mas com grande presença de setores da chamada “classe média” e/ou burgueses, nos bairros o movimento ganhou outro conteúdo, com marchas e fechamento de avenidas e importantes rodovias onde o predomínio e a hegemonia da classe trabalhadora eram visivelmente constatados. E assim outros movimentos começam a ter mais visibilidade, como o Levante Popular da Juventude, o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Movimento de Mulheres Olga Benário, os Blocos de Lutas, Bloco Popular, Frentes de Luta Contra o Aumento, entre outros. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que segue sendo um importante movimento de massas de luta por terra e reforma agrária, esteve ausente no início das jornadas de junho. Apesar de muitos grupos de militantes e dirigentes participarem das mobilizações pelo passe livre em algumas cidades brasileiras - como São Paulo - esses não estavam nas ruas devido a uma

iniciativa organizada e massiva das direções. Não houve uma decisão política que resultou numa orientação unificada no sentido de que cada coletivo de Direção Estadual ou Regional do MST devesse se organizar para uma presença massiva nos atos, pelo menos nos primeiros momentos de junho. É óbvio que a maior parte da base social do MST se concentra mais no interior dos Estados, mas o MST, quando toma uma decisão política, demonstra grande capacidade de mobilização de pessoas e recursos materiais para realizar determinadas ações. Essa ausência foi sentida por muitos jovens de esquerda que nas ruas usavam inclusive os símbolos do movimento durante as marchas. Quando a organização, no seu conjunto, entendeu a importância do que estava acontecendo (pois também foi surpreendida) procurou participar de forma mais ativa, mobilizando um número maior de militantes, estabelecendo um contato direto com as lideranças do Movimento Passe Livre (MPL) e convocando os amigos e aliados do MST para engrossar as fileiras das passeatas. A existência de organizações como estas nos atos de junho foram responsáveis pela reintrodução de reivindicações e palavras de ordem esquecidas, como a defesa da “estatização do transporte público” como uma das únicas saídas para que o poder público retome o controle sobre o sistema de transporte e o coloque verdadeiramente a serviço dos interesses da maioria da população. Colocar na pauta uma reivindicação como esta num período em que muitas organizações no interior da esquerda vivem uma situação de recuo, defensiva, concessões programáticas e conciliação com os inimigos da classe trabalhadora foi algo que mereceu comemoração, pois mesmo sabendo da impossibilidade de realizar imediatamente esta proposta, é necessário e fundamental retomar o debate sobre o controle social dos meios de transporte e a elaboração de um programa verdadeiramente democrático e popular para resolver questões como a introdução do passe livre para todos os cidadãos. Pressionar os governos municipais pela estatização pode ser uma bandeira concreta para um próximo período, mas para que se torne uma realidade será preciso muita força social e política contra as Câmaras Municipais e prefeituras, o que a juventude das jornadas de junho já aprendeu a fazer, pois vários desses espaços foram ocupados por vários dias, em diferentes cidades e Estados do Brasil. A ocupação das Câmaras Municipais como forma de pressão para que aconteçam audiências públicas para debater o tema do transporte e da mobilidade urbana demonstraram ser uma importante tática para denunciar as relações promíscuas entre o poder público municipal e os empresários que controlam o sistema de transporte e financiam as campanhas dos vereadores e prefeitos em todo o país. Segundo o PCR

O transporte público foi privatizado. Em todas as grandes cidades um reduzido número de ricas famílias são donas das empresas de ônibus. Os governantes recebem propina desses empresários e, em troca, aumentam as passagens anu-

almente, muitas vezes acima da inflação, abandonando a população à ganância desses tubarões. Esta minoria, além de ter superlucros com as passagens caras, recebem subsídios das prefeituras e governos. Por isso a solução é a estatização do transporte público (PCR, 2013).

É preciso reconhecer que muitos jovens sem partido ou filiação a um sindicato, e sem vínculo orgânico com movimentos, também estavam presentes. Além de muitos estudantes universitários que estavam na mesma situação, alguns participando pela primeira vez de uma manifestação massiva ou passeata. O que pretendemos demonstrar é que a direção política dos movimentos de junho foi compartilhada entre diversas pessoas e diversas organizações, cada um com suas aspirações, suas formas próprias de atuação, com um determinado nível de consciência de classe e de experiência organizativa, etc.

O MPL na direção das jornadas de junho?

Sem dúvida o MPL foi um dos principais protagonistas dos protestos, pois soube identificar, entre 2003 e 2005, quais eram os principais problemas que afetavam a população trabalhadora brasileira das grandes cidades e regiões metropolitanas. Elegeram como principal bandeira de luta o passe livre, e perceberam que o caminho que poderia levar as massas a compreender de maneira mais concreta tal reivindicação era a mobilização contra o aumento da tarifa, principalmente dos ônibus, mas também dos trens e metrô. Assim, o aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus da cidade de São Paulo desencadeou uma onda de reajustes nas cidades vizinhas, onde prefeitos e empresários, em comum acordo, sempre estavam acompanhando o índice definido na capital. Em outras cidades do país acontecia o mesmo, ou seja, a população pagava um preço muito elevado por um transporte de péssima qualidade. Os prefeitos e empresários, sempre com a conivência e cumplicidade da mídia, do poder judiciário e do poder legislativo decidem, já no começo de 2013 – e tais decisões vão se repetindo em vários municípios até junho – por reajustes nas passagens. O MPL já começou 2013 com mobilizações massivas, que reuniram quinhentos manifestantes numa cidade, dois mil em outra, cinco mil em outra, e assim foi sendo construído o processo de acúmulo de forças que resultou em ações conjuntas e nacionais no meio do ano. O MPL compreendeu desde o início de sua fundação que as massas populares se mobilizam por questões muito concretas: educação, saúde, moradia, terra, melhores salários e transporte de qualidade e a baixo custo. Portanto, ao concentrar as mobilizações contra um sistema de transporte caótico, precário, ineficiente e absurdamente caro o MPL conquistou o coração e as mentes de milhares de pessoas usuárias que todos os dias, durante

anos, foram humilhadas e constrangidas, que esperam por horas para chegar ao trabalho e para retornar a suas casas, que enfrentam todos os dias filas enormes, atrasos, ônibus e trens/metrô superlotados, etc. Chega uma hora que é preciso dizer basta. E este momento foi em junho de 2013. Mas os sinais da indignação popular e de um sentimento de revolta que levava muita gente a pensar “é preciso fazer alguma coisa” já se manifestavam em ações como as que já tinham ocorrido em estações de trem de São Paulo ou em bairros de outras cidades, onde o povo sem muito planejamento ou organização, por conta própria, quebrava as janelas ou colocava fogo em vagões de trens ou em ônibus, como forma de reação ao descaso e à falta de preocupação do poder público em resolver questões fundamentais como a do transporte.

Portanto, é necessário reconhecer o mérito do MPL por estar em sintonia com o sentimento de revolta que crescia dia-a-dia na população usuária de transporte coletivo. E no desenrolar dos acontecimentos o MPL surpreendeu positivamente também com a proposta da Tarifa Zero. Contra o aumento, passe livre, tarifa zero, transporte público gratuito e de qualidade, audiências públicas democráticas e transparentes são um conjunto de propostas que podem ser assumidas por qualquer organização em qualquer cidade do país. Outra qualidade da ação do MPL foi afirmar que aquela era uma luta de muitos movimentos e de muitas organizações, e que o movimento buscava construir uma frente de luta ampla, mas orientada por determinados princípios e propostas. No documento Carta de Princípios, aprovado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, durante o V Fórum Social Mundial, em 28 de janeiro de 2005 e atualizada no III Encontro Nacional do Movimento Passe Livre em 30 de julho de 2007 e no IV Encontro em 2013 o movimento já se definia como

(...) um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. O Movimento Passe Livre é Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pela Tarifa Zero dentro das nossas perspectivas estratégicas (...) A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas. Os princípios constitutivos do MPL serão definidos somente pelo método do consenso. Nas deliberações não referentes a princípios, deve-se buscar propostas consensuais, na impossibilidade, deve-se ter previsto o recurso à votação (MPL; 2013b).

Esses princípios contribuíram para projetar o MPL como uma importante força política e social durante e depois das jornadas de junho. E o MPL soube lidar com situações delicadas, pois não foram poucos aqueles que queriam fazer exigências ou impor condições para apoiar o movimento. E alguns estavam preo-

cupados se a luta do MPL prejudicaria a imagem dos governos Haddad (Prefeito de São Paulo) ou da presidenta Dilma. E entre os mais ligados ao governo Dilma, alguns chegaram a dizer que o MPL estava criando condições para a direita voltar para as ruas. Tudo isso por causa de um episódio isolado em São Paulo onde setores da direita também foram para a Avenida Paulista, mas não conseguiram liderar as manifestações. Se tem alguém do chamado campo “progressista” que criou condições para o fortalecimento da direita no Brasil foram os governos Lula e Dilma, que deram poder a partidos de direita, suas campanhas receberam financiamento privado de grandes empresários representantes da direita brasileira, vão aprovar uma Lei Antiterrorista, colocaram a Força Nacional de Segurança para reprimir os povos indígenas, se aliaram com o que existe de mais conservador e reacionário em termos de política em eleições estaduais e municipais, levaram a direita para os ministérios, etc.

Interessante perceber que MST, MTST e MPL são três movimentos que conseguiram se construir à margem dos partidos de esquerda, o que demonstra uma debilidade destes últimos em ir para além da elaboração de programas e de uma fraseologia revolucionária que não se transforma em uma força material proletária-popular. Esses três movimentos representam tentativas inovadoras no campo organizativo da esquerda popular e anticapitalista. Possuem independência em relação aos partidos de esquerda, mas ao mesmo tempo tem relações fraternas com eles, que sempre estão juntos a esses movimentos em diversas lutas. Seria de grande valor no processo de fortalecimento de uma nova vanguarda política e social anticapitalista uma maior unidade de ação entre essas três organizações, que juntas poderiam enfrentar o poder do capital e seus representantes (os governos federal, estaduais, municipais, poder judiciário, poder legislativo, mídia, polícias, forças armadas, capitalistas, etc.) em melhores condições. A

(...) construcción de esa vanguardia proletaria-popular, compartida entre varias organizaciones y movimientos, sería un paso adelante en la comprensión de que ningún movimiento, ninguna categoría de trabajadores aislada, ninguna organización, por más combativa que sea, tiene las condiciones de imponer por sí sola una derrota importante y decisiva a las fuerzas del capitalismo. Ninguna organización aislada puede substituir la fuerza social y política de masas que representa el frente de organizaciones proletarias, populares, antiimperialistas y anticapitalistas (Buzetto, 2010: 23).

A construção desse diálogo entre organizações é fundamental. O “diálogo não elimina as contradições (ao contrário, as pressupõe), mas lhes dá um tratamento especial, cuidadoso, reflexivo, porque nele o exercício da crítica se completa com a autocrítica. O outro introduz no movimento do meu espírito uma referência capaz de conter o ímpeto voluntarista, o exagero veleitário que

nasce do subjetivismo típico do isolamento” (Konder, 1992: 139). Konder afirma que “a ‘liberdade’ com que eu me afirmo na ação só consegue se tornar mais concreta na medida em que se completa com o reconhecimento da dimensão da ‘necessidade’, representada pelo outro. O outro me põe em contato com uma realidade que o isolamento pode me impedir de enxergar” (Idem, 1992: 139).

Tática e Estratégia em tempos de intensa violência e repressão contra a esquerda

As jornadas de junho tiveram um efeito pedagógico na consciência de amplas massas de trabalhadores e jovens do Brasil, que continuam indo às ruas seguindo as formas de luta que aprenderam com as mobilizações pelo passe livre. Aquele tipo de manifestação comportada, subordinada às regras do poder burguês, onde lideranças negociam o trajeto da passeata com a polícia, se comprometem a bloquear uma única pista numa avenida, só saem para ruas se tiver um carro de som com autorização emitida pelo Departamento de Trânsito/Engenharia de Tráfego da Prefeitura é coisa do passado (pelo menos para aqueles que continuam inimigos do capital). Junho trouxe a rebeldia e a ousadia que há tempos não caminhava junto com a esquerda anticapitalista. Contra os governos e contra as polícias as mobilizações andaram por onde quiseram. Tomaram as ruas e vivenciaram uma experiência intensa sobre o que é poder popular.

Mas como dizia uma canção do final dos anos sessenta “é preciso estar atento e forte”, pois surgiram/ressurgiram outras lutas, como contra a forma como vem sendo organizada a Copa do Mundo da FIFA 2014 aqui no Brasil. Os **Comitês Populares Contra a Copa**, que já existiam antes de junho, ganharam apoio e adesão de novas forças, que também criaram novos coletivos de militantes com o mesmo objetivo: denunciar os despejos e remoções de famílias pobres de bairros onde foram realizadas obras para a Copa, a corrupção e o superfaturamento, o uso de dinheiro público para atender os interesses do grande capital privado nos megaeventos, etc. Temos a certeza de que qualquer movimento que não tenha participado ativamente das lutas de junho pelo passe livre e tarifa zero ou das lutas contra a Copa da FIFA corre o risco de perder o bonde da história, pois nessas mobilizações estão jovens cheios de rebeldia e disposição para enfrentar tudo e todos na defesa dos interesses das massas populares, e é aí, nas lutas concretas, onde estão aqueles e aquelas que podem fazer parte do imenso exército proletário-popular que será necessário para dar início à edificação de uma sociedade mais justa, solidária e verdadeiramente humana.

Todas as lutas por melhores condições de vida e de trabalho devem ser apoiadas e estimuladas, mas é preciso, durante todo processo de mobilização, tomar decisões no sentido de construir uma estratégia política que possa orientar

e dar um rumo/uma direção para as lutas concretas. É preciso não alimentar ilusões, principalmente no que diz respeito a governos burgueses com verniz “progressista”. Formou-se desde junho um bloco político conservador e antidemocrático que uniu os governos federal, estaduais e municipais, a maioria dos parlamentares nos municípios, nos estados e no Congresso/Senado, a quase totalidade do poder judiciário, a mídia burguesa, as polícias civil, militar, federal, a Força Nacional de Segurança, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e as Forças Armadas (principalmente o exército e a marinha, que estarão nas ruas durante a Copa). A Lei Antiterrorismo (exigência da FIFA para realização da Copa) já está em processo de aprovação no Congresso e Senado, com apoio da maioria, inclusive, é claro, de parlamentares do PT e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Outro perigo em 2014 é a sedução de alguns setores proletário-populares, e suas organizações, pelo processo eleitoral, ainda com a crença de que estamos numa fase de “refluxo e defensiva do movimento de massas” e de “acúmulo de forças”. Estas frases feitas e repetidas em análises de conjuntura perderam força e credibilidade após junho de 2013. Abre-se um novo ciclo das lutas sociais no Brasil. Uma nova oportunidade para que sejam construídas as condições necessárias para o avanço das forças anticapitalistas. Quem quer acumular forças numa perspectiva de ruptura com o capital não deve priorizar o processo eleitoral de 2014 ou qualquer outro, o que não significa não ter uma posição ou se abster de participar do mesmo de uma maneira classista. Acumular força é estar nas ruas, nas lutas concretas dessa nova geração de militantes que não teme a polícia, que enfrenta a tropa de choque e não se acovarda diante das bombas e das balas de borracha, que exerce o seu direito à legítima defesa diante da repressão, pois qualquer ação violenta da classe trabalhadora contra os representantes do capital nada mais é do que uma ação de legítima defesa diante de um cotidiano de humilhações e exploração a que a classe trabalhadora é submetida nos locais de trabalho, no transporte coletivo, etc. Depois de anos vendo nossos movimentos recuando e fugindo desorganizadamente da Tropa de Choque logo depois das primeiras bombas de gás, ver a polícia ser obrigada a recuar em uma manifestação diante de jovens mascarados, com camisas e lenços preto e vermelho cobrindo seus rostos, foi um exemplo de que existe um sentimento de indignação e rebeldia que não será sufocado ou neutralizado nem pela direita nem pela esquerda burocrática e reformista. Enquanto uns vão se preocupar com Copa e Eleições, vários comunistas, socialistas, anarquistas, antifascistas estarão na linha de frente das batalhas principais, construindo um “próprio programa extraparlamentar” e um “movimento extraparlamentar de massas” (Mészáros, 2010: 50). Aos partidos de esquerda que viraram “máquinas eleitorais”, que lancem seus candidatos. E que sejam eleitos, para dar um mínimo de apoio às lutas sociais (pelo menos

alguns). Mas os problemas fundamentais das amplas massas não serão discutidos ou resolvidos no parlamento (Mészáros, 2013: 28-29). As ruas são o campo de batalha principal nas lutas entre capital e trabalho. Que todos que acreditam nesta perspectiva se unam e se encontrem nas avenidas rebeldes por onde passarão em 2014 milhares de bandeiras pretas, vermelhas, pretas-vermelhas.

Bibliografia

- BUZETTO, Marcelo (2010). El marxismo en la transformación de la realidad. In: *Los movimientos sociales y el sujeto histórico*. Quito-Ecuador: Secretaria de Pueblos, Movimientos Sociales y Participación Ciudadana/Ministerio de Cordinación de la Política.
- KONDER, Leandro (1992). *O futuro da filosofia da práxis*. São Paulo: Paz & Terra.
- MARICATO, Ermínia (2013). É a questão urbana, estúpiudo! MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- MANDEL, Ernest (1984). *A teoria marxista da organização*. Lisboa: Aparte.
- MÉSZÁROS, István (2010). *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2013). Entrevista István Mészáros: filosofia e práxis política para superar o capital. *Novos Temas*, n. 8, São Paulo: Instituto Caio Prado Jr.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO (2013a). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- MPL (2013b). *Carta de Princípios*. Disponível em <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/> . Consultado em 10/12/2013.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2013). *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- PCR (2013). *Povo nas ruas conquista vitória! Pela estatização do transporte público*. Disponível em: <http://pcrbrasil.org/wp-content/uploads/2013/06/panfleto-brasil-2013.pdf> . Consultado em 10/12/2013.
- ROLNIK, Raquel (2013). As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.